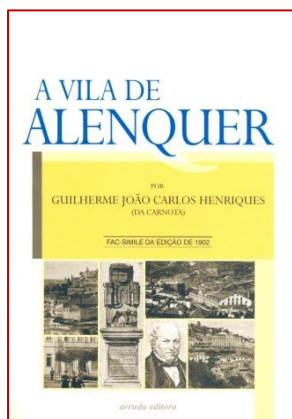




Guilherme Henriques e Fulgêncio Simões – necessário e oportuno cotejo



Guilherme Henriques e, abaixo, a edição fac-símile (2002) de *A Villa de Alemquer* (tít. cf. Ed. de 1902).



O inglês William John Charles Henry, nascido em Londres em 27 de março de 1846, decidiu migrar para Portugal com apenas 14 anos de idade, indo morar, em 1860, na Quinta da Carnota, um antigo convento de franciscanos no concelho de Alenquer, de propriedade do seu padrinho John Smith Athelstane, diplomata e pesquisador. Logo pediu autorização para *aportuguesar* o seu nome, passando a assinar Guilherme João Carlos Henriques, ou, mais simplesmente, Guilherme Henriques, e adotou Alenquer como segunda pátria.

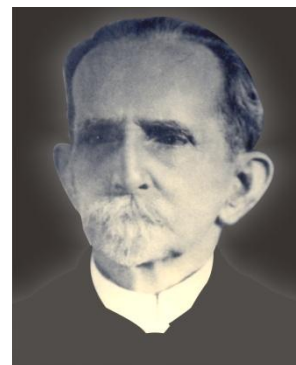
Iniciou-se nas lides literárias colaborando com o padrinho na elaboração das *Memórias do Marquês de Pombal*. Tinha 27 anos quando, em 1873, publicou o livro *Alemquer e seu Concelho*, o primeiro de uma série abordando a história dessa vila portuguesa, o que lhe valeu a comenda da Ordem Militar de Cristo.

Com a morte de Athelstane, que em 1870 recebera o título de Conde de Carnota, Guilherme Henriques herdou-lhe o título e a Quinta, em razão do que ficou conhecido como “o inglês da Carnota”. Dedicou-se à administração da propriedade e, paralelamente, ao jornalismo e à investigação histórica, até falecer em 22 de maio de 1924, aos 78 anos de idade. Foi perito em marcas e patentes e um dos fundadores da Câmara de Comércio Inglesa de Lisboa.

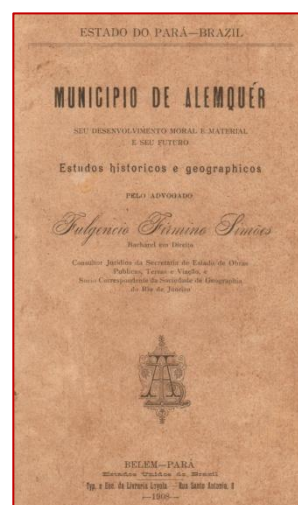
O tema central de suas pesquisas sempre foi a rica e variada história da vila de Alenquer, sua terra adotiva, famosa pela fabricação de vinhos e também por ser o berço do historiador quinhentista Damião de Góis, dos navegadores Vasco da Gama e Bartolomeu Dias, e apontada, ainda, como um dos prováveis locais de nascimento do poeta Luís Vaz da Camões, que, em *Os Lusíadas*, chegou a registrar num verso: “Criou-me Portugal na verde e cara / Pátria minha Alenquer...”.

Guilherme Henriques publicou, entre 1896 a 1898, o trabalho *Inéditos Goesianos*, e, em 1901, *A Relação de Duarte Correia* e *O Naufrágio da Nau S. Bento*, todos com levantamentos da história alenquerense, que culminaram com a edição, em 1902, da sua obra definitiva *A Villa de Alemquer* (na grafia da versão original) relançada, cem anos depois, pela Arruda Editora, numa magnífica edição fac-símile.

Em 3 de fevereiro de 2011 a professora Maria de Nazaré Paes de Carvalho, coordenadora da Casa de Estudos Luso-Amazonicos da UFPA em Belém, ofertou ao editor do boletim, com gentil dedicatória, um exemplar dessa obra reeditada, que é “uma monografia sobre esta vila, sem dúvida a melhor e mais completa do seu tempo e que ainda hoje se constitui numa preciosa referência para a história local”, como assinalou o vereador Álvaro Pedro, presidente da Câmara Municipal de Alenquer portuguesa, na apresentação da edição similar desse extraordinário compêndio histórico.



Fulgêncio Simões e, abaixo, o seu famoso livro *Município de Alemquer* (1908).



É impossível resistir à tentação de traçar um necessário e oportuno paralelo cotejando a trajetória do historiador anglo-lusitano Guilherme Henriques com a do historiador paraense Fulgêncio Firmino Simões, dez anos mais novo do que aquele.

Fulgêncio Simões nasceu em Alenquer do Pará em 23 de julho de 1856. Em 1882, com 26 anos, diplomou-se pela Faculdade de Direito do Recife. Nesse mesmo ano morreu seu pai, que presidiu a Câmara Municipal de Alenquer por muitos anos. Como até hoje em Portugal, as Câmaras Municipais no Brasil Imperial exerciam funções não só legislativas mas também executivas. Com a morte do pai, Fulgêncio assumiu a liderança política da família, junto com o irmão e futuro desembargador Eloy Simões.

Ligado ao Partido Conservador liderado pelo cônego Siqueira Mendes, Fulgêncio elegeu-se várias vezes deputado e senador provincial. De 1887 a 1888 foi presidente da Província de Goiás, cargo que deixou para ser presidente da Câmara Municipal de sua terra natal, posto no qual se encontrava quando foi proclamada a República e no qual foi mantido pelo novo regime. Faleceu em Belém do Pará em 10 de agosto de 1946, aos 86 anos de idade, já aposentado como Procurador Fiscal da Fazenda Estadual.

Tal como Guilherme Henriques, Fulgêncio Simões também foi jornalista, tendo fundado o jornal *A Gazeta de Alemquer*, que começou a circular em 23 de julho de 1883, data do seu 27º aniversário de nascimento. Do mesmo modo que Guilherme Henriques, Fulgêncio Simões foi um historiador sempre preocupado com os levantamentos históricos de sua cidade, e, em 1908, publicou, pela Livraria Loyola, de Belém, seu excelente livro *Município de Alemquer – Seu desenvolvimento moral e material e seu futuro – Estudos históricos e geográficos*. À semelhança da obra de Guilherme Henriques, o livro de Fulgêncio Simões é, igualmente, considerado, até os nossos dias, “o melhor repositório histórico do município de Alenquer”. Mas... ao contrário de Guilherme Henriques, o historiador alenquerense Fulgêncio Simões ainda não despertou nos poderes públicos, nas editoras ou em órgãos e entidades culturais locais o interesse pela reedição *fac-símile* da sua maravilhosa obra dada a lume há exatos 103 anos.

É uma pena! Tomara que seja seguido, sem mais tardança, o belo exemplo dos alenquerenses portugueses que se esmeram em preservar a memória de sua cidade, e que seja, assim, superado o inconcebível descaso pela grande obra desse grande historiador paraense.

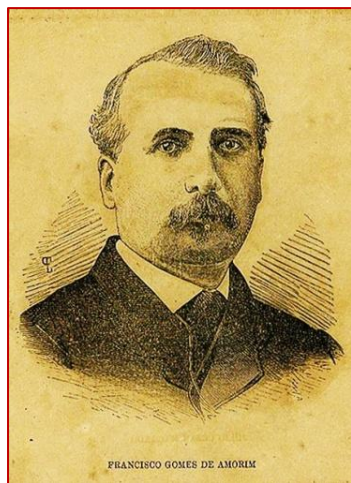
(Re)descobrimo Francisco Gomes de Amorim – “O Caçador e a Tapuya”



O nome de Vicente Salles deveria dispensar apresentação. Mas, para quem ainda não sabe, aqui vai a informação, extraída de um dos seus muitos e excelentes livros (*O Negro no Pará*, 1988): “antropólogo, folclorista e musicólogo, é uma das figuras mais admiráveis da cultura paraense contemporânea.” Nascido no Pará, na Vila de Caripi (Município de Igarapé-Açu) a 27 de novembro de 1931, Vicente Salles dedicou “a maior parte de sua existência ao estudo da sua terra e da sua gente, o que o credencia ao nosso respeito, estima e admiração.” No ano passado, Vicente Salles brindou seus leitores com uma das suas inúmeras e deliciosas MicroEdições (brochuras em tira-

gem de poucas cópias, disputadas por seus admiradores; neste caso, com ricos registros melódicos bem documentados em partituras e em um CD; o editor do boletim foi um dos privilegiados a receber um exemplar, autografado pelo autor) – intitulada *A Tapuia, Um Caso de Irradiação Cultural*, pesquisa apresentada originariamente no Fórum Pan-Amazônico de Cultura, Educação e Meio Ambiente (Belém, 1997), em que resgata, com toda a erudição que lhe é peculiar, “dois conjuntos de canções ou modinhas criadas em meados do século XIX no Pará”, que “se encaminham para duas vertentes literárias distintas”: precisamente os poemas *O Caçador e a Tapuya*, de Francisco Gomes de Amorim, produzido provavelmente em Alenquer, por volta de 1843 e estampado no livro *Cantos Matutinos* (Lisboa, 1858), e *A Tapuia*, de Severiano Bezerra de Albuquerque, talvez também produzido no Pará, em Gurupá, publicado no volume *Lyra das Selvas* (Belém, 1868).

Assinala Vicente Salles que – “A primeira afirmação da poesia paraense surge, com bastante vigor, através de três poetas que fizeram do seu cantar o cantar da vida sertaneja: Francisco Gomes de Amorim (1827-1891), português, que viveu a infância e a juventude em Alenquer; Bruno Seabra (1837-1876), paraense, de certo prestígio local, mas que, no exercício de cargos públicos, viveu em outras províncias; e Severiano Bezerra Albuquerque (1843-1897), cearense que chegou menino ao Pará e ficou definitivamente.”



Retrato do poeta FGA no *Almanach do Diário Ilustrado* (Lisboa, 1882 – acervo do blog do seu bisneto homônimo).

Vicente Salles – tiveram tão larga repercussão, transformados em modinhas, ou canções, que podem ser confundidos com produtos do folclore.” O poema de Francisco Gomes de Amorim – *O Caçador e a Tapuya* – é o mais antigo dessas três fontes eruditas, que o autor denomina “arquétipos”, sendo o poema de Amorim considerado “o arquétipo I”.

Colocados “lado a lado o texto de Gomes de Amorim e o da tradição oral – anota Salles – verifica-se notável fidelidade da memória popular à criação original. As variações são mínimas e ocorrem apenas, e eventualmente, na estrutura verbal de alguns poucos versos, enquanto a estrutura temática não se modificou uma única vez.”

O poema de Gomes de Amorim “recebeu música de autor desconhecido e deve ter circulado provavelmente como modinha. Seu clima emocional e

estético apresenta-se, porém, no estilo dos romances tradicionais, bastante simples, simplório até, mas é vigoroso retrato psicológico da mulher cabocla: temperamento *ativo*, que busca o homem branco nos seus domínios, proprietário rural, para seduzi-lo, e dele se afasta, decepcionada, pois ele não aprendeu a caçar ‘caça fina’. A tapuia altiva despreza o ‘caçador das dúzias’, parvo da caça”. Em redondilhas e versos dialogados, *O Caçador e a Tapuya* tem dezesseis quadras, das quais destacam-se aqui, por questão de espaço, apenas as duas primeiras e as três últimas (respeitada a antiga ortografia da 2ª edição de *Cantos Matutinos*, de 1866, páginas 61 a 64):

– “*Tapuya, linda tapuya,
Que fazes no cacauzal?*”
– “*Por aqui é meu caminho
Para ir ao cafézal.*” –

– “*Nem por aqui faz caminho,
Nem há café que apanhar;
Tapuya, linda tapuya,
Que vinhas aqui buscar?*” –

.....
– “*Anda cá, linda tapuya,
Não vás assim a fugir;
Tuas palavras tão doces
Volve, volve a repetir.*” –

– “*Para traz não volve a caça;
Meu branco, aprenda a caçar:
Quem deseja caça fina,
Deve-a saber farejar!*” –

*Disse a tapuya; e na selva
Para sempre se occultou;
Mas o caçador das dúzias
Parvo da caça ficou!*

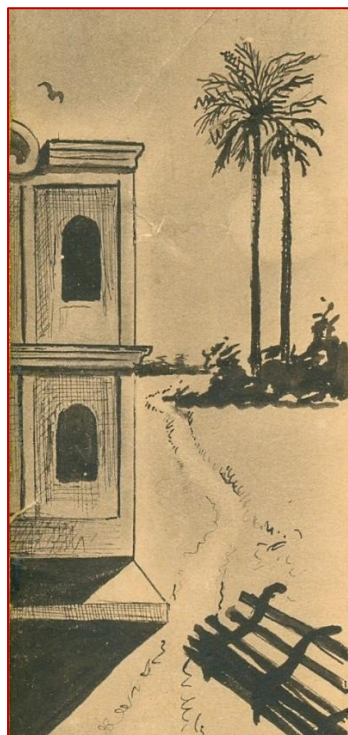
“Confidência de um juiz no fim da audiência: – Quem disse que nas causas cíveis o debate oral não serve para nada? Antes dos arrazoados dos advogados, eu estava em dúvida. Falou o defensor do demandante, e compreendi que o demandante estava errado; mas depois, para sorte do demandante, falou o defensor do demandado; então tive de me convencer que o demandante tinha mesmo razão. O cliente não sabe que, muitas vezes, depois de uma vitória, deveria ir abraçar comovido não seu advogado, mas o advogado adversário.”

PIERO CALAMANDREI

(*Eles, os Juízes – Vistos por um Advogado* – Ed. Martins Fontes, 1995, p. 90)

Guttemberg Senna (1903-1939) – duas relíquias no Museu da Cidade

Nascido em Alenquer em 1903 e sepultado na mesma cidade em 8 de março de 1939, Guttemberg Senna foi uma das mais inspiradas aflorações artísticas alenquerenses. Filho de Apolônio Malcher de Senna, Guttemberg dedicou-se, desde a mocidade, a compor marchinhas carnavalescas que animavam os bailes do União Esportiva, o mais antigo clube social de Alenquer, fundado em 1917, mas tornou-se mesmo conhecido como exímio desenhista e talentoso escultor e pintor.



Desenho de Guttemberg Senna que ilustra o poema *Ao Nascer do Luar* de autoria do poeta Raymundo Peres e escrito em 1922.

em 21 de março de 2010. Trata-se, portanto, de uma obra raríssima, que muito enriquece e enobrece o acervo do Museu da Cidade oficialmente instalado em 10 de junho de 2010.

Além dessa bonita tela, chegou até nossos dias um álbum (tipo desses de fotografias) no qual Gut-



Óleo sobre tela do alenquerense Guttemberg Senna (s/d, acervo do MCA – Museu da Cidade de Alenquer).

temberg Senna coletou, transcreveu e ilustrou, com sugestivos desenhos à bico de pena (nanquim), quinze poemas do poeta alenquerense Raymundo Peres (1902-1926), todos produzidos quando este tinha entre 18 e 20 anos.

Contemporâneo e amigo de Raymundo Peres, Guttemberg foi, igualmente, seu companheiro de infortúnio: o poeta morreu com apenas 24 anos, vítima de tuberculose; e o pintor morreu ainda jovem, aos 36 anos, vítima da lepra ou hanseníase, a doença descrita em 1874 pelo médico norueguês Gerhard Armauer Hansen (1841-1912).

Guttemberg ofereceu o álbum com os poemas do amigo a Anayde Peres, irmã do poeta, com dedicatória datada de 31 de dezembro de 1926, ano da morte de Peres, e o relicário ficou nos arquivos do seu pai, o tabelião Benedicto Peres, até sua morte. Posteriormente, passou para a guarda do poeta Aldo Arrais, cujo filho, Aldo Aníbal, resolveu confiá-lo, em 31 de dezembro de 2010, aos cuidados do editor deste boletim.

Depois que for produzida, espera-se que muito em breve, a projetada edição *fac-símile* do álbum, que constitui incalculável preciosidade artística e histórica, este passará também a integrar o acervo do Museu da Cidade de Alenquer.

“Disse o juiz, a respeito de um arrazoado todo colorido de artifícios retóricos, depois de o ouvir com deleite, mas com suspeita: – Direi como daquela rosa: é tão bela que parece falsa.”

PIERO CALAMANDREI

(*Eles, os Juízes – Vistos por um Advogado* – Ed. Martins Fontes, 1995, p. 88)